

ATA NÚMERO 266/XIII/4.^a SL

Aos três dias do mês de abril de 2019, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

09:00

Audição Regimental da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa.

12:00

- 1. Aprovação da ata n.º 255;**
- 2. Fixação da redação final do Projeto de Resolução n.º 1080 - "Recomenda a automatização da atribuição da conta de serviços mínimos aos clientes bancários";**
- 3. Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 177 - "Reforça o combate às práticas de elisão fiscal, transpondo a Diretiva (UE) 2016/1164";**
- 4. Discussão e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 178/XIII/4.^a (GOV) - "Altera Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras"; Autor: Carlos Silva (PSD)**
- 5. Ratificação da votação indiciária dos Projetos de Lei - n.º 13/XIII/1^a (PEV) - "Preferência pela produção alimentar local nas cantinas públicas"; - n.º 58/XIII/1^a (BE) - "Promoção do acesso a produtos da agricultura de produção local às cantinas públicas"; - n.º 66/XIII/1^a (PAN) - "Transição para uma alimentação mais saudável e sustentável nas cantinas públicas, com recurso a produtos de agricultura local e biológica"; - e n.º 71/XIII/1^a (PS) - "Consagra um regime de seleção de produtos alimentares em cantinas e refeitórios públicos";**

6. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP PS - "Audição do Governador do Banco de Portugal sobre o Novo Banco";

7. Outros assuntos.

09:00

Audição Regimental da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa.

A Senhora Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando a Senhora Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa e os Secretários de Estado da Presidência do Conselho de Ministros e Adjunto e da Modernização Administrativa, enquadrando a audição no âmbito do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

Após a intervenção inicial da Senhora Ministra, iniciou-se a primeira ronda de intervenções tendo usado da palavra os Senhores Deputados Jorge Paulo Oliveira (PSD), Hortense Martins (PS), Cecília Meireles (CDS-PP) e Paulo Trigo Pereira (Ninsc). A Senhora Ministra respondeu individualmente a cada uma das intervenções.

Em sede de segunda ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados Jorge Paulo Oliveira (PSD), Margarida Marques (PS), Cecília Meireles (CDS-PP) e Paulo Trigo Pereira (Ninsc). No período adicional dos 2 minutos, interveio o Senhor Deputado António Ventura (PSD), tendo a Senhora Ministra e o Secretário de Estado Adjunto e da Modernização Administrativa respondido ao conjunto das questões colocadas.

Não havendo questões adicionais, a Senhora Presidente agradeceu a presença da Senhora Ministra e dos Senhores Secretários de Estado e deu por concluída a audição.

A audição foi gravada em suporte vídeo, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A intervenção inicial bem como a gravação vídeo podem ser consultadas na [página internet da audição](#).

12:00

1. Aprovação da ata n.º 255;

A ata foi aprovada por unanimidade

2. Fixação da redação final do [Projeto de Resolução n.º 1080](#) - "Recomenda a automatização da atribuição da conta de serviços mínimos aos clientes bancários";

Tomou a palavra a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) para dar acordo às propostas de alteração ao texto sugeridas pela DAPLEN.

A redação final desta iniciativa foi fixada sem votos contra.

3. Fixação da redação final da [Proposta de Lei n.º 177/XIII/4.ª \(GOV\)](#) - "Reforça o combate às práticas de elisão fiscal, transpondo a Diretiva (UE) 2016/1164";

Usou da palavra o Senhor Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) para declarar que o seu GP concorda com as propostas da DAPLEN com exceção da proposta de alteração ao texto do artigo 54.º do Código do IRC, constante do artigo 2.º do projeto de decreto. Propôs a seguinte redação:

«Excluem-se do disposto no n.º 1 as entidades não residentes em território português desde que a soma dos rendimentos **que sejam** provenientes de uma ou mais das seguintes categorias não exceda 25% do total dos seus rendimentos.»

Explicou esta proposta de redação afirmando que a DAPLEN identificou bem a necessidade de corrigir a norma mas que "na versão proposta, a norma passa a ter dois requisitos de exclusão em vez de um, modificando o seu sentido".

Submetida a votação, foi fixada a redação desta iniciativa, sem votos contra, tendo sido aceites todas as sugestões da DAPLEN com exceção da identificada previamente pelo GP do PS.

4. Discussão e votação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 178/XIII/4.ª \(GOV\)](#) - "Altera Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras";

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) apresentou o parecer da iniciativa, em substituição do seu autor, o Deputado Carlos Silva (PSD).

Submetido a votação o parecer foi aprovado por unanimidade.

5. Ratificação da votação indiciária dos [Projetos de Lei - n.º 13/XIII/1ª \(PEV\)](#) - "Preferência pela produção alimentar local nas cantinas públicas"; - [n.º 58/XIII/1ª \(BE\)](#) - "Promoção do acesso a produtos da agricultura de produção local às cantinas públicas"; - [n.º 66/XIII/1ª \(PAN\)](#) - "Transição para uma alimentação mais saudável e sustentável nas cantinas públicas, com recurso a produtos de agricultura local e biológica"; - e [n.º 71/XIII/1ª \(PS\)](#) - "Consagra um regime de seleção de produtos alimentares em cantinas e refeitórios públicos";

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD), na qualidade de Coordenador do [Grupo de Trabalho \(GT\) – Produtos Alimentares nas Cantinas e Refeitórios Públicos](#), deu nota da conclusão dos trabalhos da especialidade desenvolvidos no âmbito do mesmo, agradecendo ainda a colaboração de todos os Deputados que participaram neste processo. Concluiu afirmando que, pese embora tenha sido um processo bastante longo, foi possível chegar a “bom porto”.

A votação indiciária realizada no âmbito do GT foi ratificada por unanimidade.

6. Discussão e votação do requerimento apresentado pelo GP PS - "Audição do Governador do Banco de Portugal sobre o Novo Banco";

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) apresentou o requerimento e os seus fundamentos.

Interveio depois o Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) para manifestar as suas reservas quanto aos fundamentos do requerimento. Frisou que, pretendendo o seu GP aprovar a vinda do Governador ao Parlamento, discordam dos pressupostos do requerimento apresentado pelo PS. Saliu que, no seu entendimento, o que importa é escrutinar o que sucedeu no período subsequente à venda do banco.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) também anunciou que o seu GP votará favoravelmente o requerimento. Entende aliás que não se devem impor limites temporais ao objeto da audição. Saliu finalmente que o âmbito é consensual e que o Senhor Governador do Banco de Portugal tem muitos esclarecimentos a prestar ao Parlamento sobre esta matéria.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) disse acompanhar a sugestão da Deputada Cecília Meireles, sublinhando que corresponde à expectativa do seu GP para esta audição, a qual deverá abranger a resolução do BES, a gestão do Novo Banco (NB) e a sua venda, ou seja, uma audição de “banda larga”.



A Senhora Presidente também se manifestou no sentido de concordar com esta posição. Lembrou ainda que deverá se aplicada a mesma grelha das restantes audições do NB.

O Senhor Deputado Cristóvão Crespo (PSD) interveio para dar acordo ao alargamento do âmbito do requerimento.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade.

7. Outros assuntos.

Não havendo outros assuntos a tratar a Senhora Presidente encerrou a reunião.

A reunião foi encerrada às 11:25 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 3 de abril 2019.

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)

Reunião de 3 de abril de 2019

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
António Leitão Amaro
António Ventura
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Cristóvão Norte
Fernando Anastácio
Fernando Rocha Andrade
Hortense Martins
Inês Domingos
Jamila Madeira
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Leonel Costa
Manuel Caldeira Cabral
Margarida Marques
Mariana Mortágua
Paulo Sá
Paulo Trigo Pereira
Teresa Leal Coelho
António Cardoso
Conceição Bessa Ruão
Filipe Neto Brandão
Jorge Machado
Jorge Paulo Oliveira
Margarida Mano

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Nuno Sá

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Silva
Duarte Pacheco
Sara Madruga da Costa